



Comissão de Pregão II

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 183/2023

Processo Licitatório nº: 8.765/2023

Processo de Impugnação n.º: 27.724/2023

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 183/2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o serviço de **ALUGUEL DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS, CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS**, para atender as necessidades das Secretarias de Infraestrutura e Logística, Obras e Serviços públicos, bem como as Subprefeituras, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e especificações contidas no **TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I** deste Edital

IMPUGNANTE: LOCTECH LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

IMPUGNADO: EDITAL

01. Trata-se de **IMPUGNAÇÃO** interposta pela empresa **LOCTECH LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**, com fulcro na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, por intermédio de seu representante legal, de forma **tempestivamente**, contra os termos do **Edital do Pregão Eletrônico n.º 183/2023**.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 017 de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que constitui a Comissão de



Comissão de Pregão II

Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

I. DAS PRELIMINARES

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências, interesse processual e de tempestividade conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

05. A impugnante sucintamente alega que, *“...trata-se explicitamente de prestação de serviços com emprego de mão de obra dedicada e equipamentos para a execução de função específica, sendo assim, se faz obrigatório o emprego de profissional Administrador para a regulamentação dos serviços, desta forma a empresa tem a obrigatoriedade de ser registrada na Entidade Competente, ou seja, CRA...”*

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

06. A impugnante **REQUER:**

a) *A retificação do Edital do Pregão Eletrônico nº 183/2023 no mesmo seja incluso a exigência de registro do Conselho Regional de Administração (CRA) para que as empresas licitantes, com base na Resolução Normativa nº 419 de 01/03/2012, do CFA e no art. 30, inciso I da Lei 8.666/93. Em substituição aos cilindros de 3,5 m³, cilindros de até 4m³;*



Comissão de Pregão II

IV. DA ANÁLISE DO MÉRITO

07. Considerando que conforme edital o objeto da presente licitação é a “*Contratação de empresa especializada para o serviço de **ALUGUEL DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS, CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS**, para atender as necessidades das Secretarias de Infraestrutura e Logística, Obras e Serviços públicos, bem como as Subprefeituras.*”

08. Considerando ainda que o item 3.2, do Termo de Referência, dispõe que:

3.2 - A presente contratação dos serviços ALUGUEL DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS, CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS possui o fito de atender as necessidades das Secretarias de Obras, Serviços Públicos e Infraestrutura e Logística, bem como as Subprefeituras na continuidade da prestação dos serviços de limpeza urbana, obras, manutenção de estradas vicinais, transporte, abastecimento e manutenção de equipamentos em estradas rurais, pavimentação asfáltica e deslocamento de equipes de limpeza urbana tendo em vista que, desde 2014 a prefeitura não realiza licitação para aquisição de veículos utilitários, caminhões, máquinas e tratores o que resultou no sucateamento da frota e quantidade insuficiente de equipamentos para atender todas as demandas existentes na municipalidade. [grifo nosso]

09. Considerando que acerca do tema, é pacífico no Tribunal de Contas da União – TCU, como regra, que **não é pertinente a exigência de registro junto ao Conselho Regional de Administração nas licitações para contratação de serviços que envolvam prestação de serviços terceirizados, na medida em que a atividade-fim de tais empresas não se relaciona diretamente com ações de administração.**



Comissão de Pregão II

Acórdão 1841/2011 – Plenário

Atividades não relacionadas às específicas dos profissionais de Administração não exigem registro perante o Conselho Profissional da categoria.

Acórdão 4608/2015 – Primeira Câmara

Nas licitações públicas, é irregular a exigência de que as empresas de locação de mão de obra estejam registradas no Conselho Regional de Administração, uma vez que a obrigatoriedade de inscrição de empresa em determinado conselho é definida em razão de sua atividade básica ou em relação àquela pela qual preste serviços a terceiros, nos termos do art. 1º da Lei 6.839/1980.

10. Não só o TCU manifestou-se sobre a ilegalidade da exigência de Registro no CRA de empresas prestadoras de Serviços terceirizáveis, vejamos dois casos:

1 – Apelação Cível : AC 0008214-16.2007.4.05.8000 AL 0008214-16.2007.4.05.8000 – TRF 5ª Região

EMENTA

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. EMPRESA DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO. OBRIGATORIEDADE DE INSCRIÇÃO NO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (CRA). INEXISTÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. É pacífica a jurisprudência dos tribunais pátrios no sentido de que é a atividade principal da empresa, segundo exposto no contrato social, que define em qual conselho profissional deve ser inscrita, para fins de fiscalização e controle.

2. Empresa voltada para prestação de serviço de limpeza, conservação e outros correlatos presta serviço comum, em cuja atividade-fim não se compreendem os atos privativos do profissional de Administração, não estando obrigada, pois, ao registro no Conselho Regional de Administração (CRA) (grifo nosso).



Comissão de Pregão II

2 – REMESSA EX-OFFICIO EM MS N º 2001.31.00.000229-5/AP

EMENTA

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. EMPRESA DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA. REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO. ATIVIDADE-FIM. EXIGÊNCIA EDITALÍCIA. INVALIDADE.

1. A inscrição de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício profissional relaciona-se à atividade-fim, a teor do disposto no artigo 1º da Lei 6.839/80, razão pela qual as empresas de segurança e vigilância não se sujeitam a registro no Conselho Regional de Administração.

2. É inválida disposição editalícia que condiciona a participação dessas empresas no certame à apresentação de certidão comprobatória de sua inscrição perante o CRA.

3. Dentre as atividades fiscalizadas pelo Conselho Regional de Administração não estão inseridas as executadas pelas empresas de vigilância e segurança. As empresas de limpeza e conservação não estão sujeitas à inscrição no CRA pois na atividade básica não exige a presença de profissionais de Administração.

11. Noutro giro, sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, vale a transcrição dos artigos 2º e 15, da Lei 4.769/65 , *in verbis*:

“Art. 2º – A atividade profissional de Administrador será exercida como profissão liberal ou não, mediante:

a) pareceres, relatórios, planos, projetos, arbitragens, laudos, assessoria em geral, chefia intermediária, direção superior;

b) pesquisas, estudos, análise, interpretação, planejamento, implantação, coordenação e controles dos trabalhos nos campos da Administração, como administração e seleção de pessoal, organização e métodos, orçamentos, administração de material, administração financeira, administração mercadológica,



Comissão de Pregão II

administração de produção, relações industriais, bem como outros campos em que esses se desdobrem ou aos quais sejam conexos. “. (grifei).

(...)

“Art. 15. Serão obrigatoriamente registrados nos C.R.T.A. as empresas, entidades e escritórios técnicos que explorem, sob qualquer forma, atividades do Técnico de Administração, enunciadas nos termos desta Lei.”. (Grifei)

12. Logo, está obrigada a ser registrada no Conselho Regional de Administração a empresa cuja atividade fim esteja prevista no rol do art. 2º da Lei nº 4.769/65, supra citado.

V. MANIFESTAÇÃO DO PREGOEIRO

13. Reputando os fatos e fundamentos trazidos na Análise dos Méritos acima, que este Pregoeiro adota como fundamento para decidir, resta comprovado que **NÃO ASSISTE, RAZÃO** à Impugnante em suas alegações, motivo pelo qual não deverão ser procedidas alterações no Edital em comento

VI. DA DECISÃO

14. Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso II, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso II, do Decreto Municipal n.º 599/2020, sem nada mais evocar, **CONHEÇO** da Impugnação interposta pela empresa **LOCTECH LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**, no processo licitatório referente ao Edital do **Pregão Eletrônico n.º 183/2023**, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, pela alteração do edital, em comento.

Nova Friburgo, 17 de outubro de 2023.

JONATHAN P. CHAVES
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matricula: 206.870